

A LINGÜÍSTICA SAUSSURIANA: UMA TEORIA CONTEXTUAL E NÃO-REPRESENTACIONAL DA SIGNIFICAÇÃO

Edward LOPES*

Die Sprache spricht.
(Heidegger)

RESUMO: Estuda-se aqui a teoria da Lingüística Geral, fundada por Ferdinand de Saussure (FS) como uma teoria não-representacional do signo e da significação, contrária, portanto, à Semântica da palavra isolada e do referente-coisa, que lhe tem sido indevidamente atribuída por causa da introdução, no CLG, do célebre diagrama do "signo-árvore", que não é dele, mas dos editores do livro, Ch. Bally e A. Sechéhaye. Mostra-se que FS é um pioneiro das teorias contextuais da significação, uma das quais é esboçada no CLG.

UNITERMOS: Teorias da significação; contexto; representação.

Poucos anos antes que Saussure se encarregasse do primeiro Curso de Lingüística Geral, já dado na Universidade de Genebra, em 1906-1907, Edmund Husserl (1859-1938) expunha nas suas *Logische Untersuchungen* (1900) uma concepção tri-cotômica do signo, formulada à base da idéia da *intencionalidade excêntrica* do homem – pela qual ele aludia ao movimento da consciência enquanto “consciência de alguma coisa” colocada fora dela – e segundo a qual a significação surge da articulação de uma “expressão” (*Ausdruck*), mais um “conceito” ou “idéia” (*Bedeutung*, substância do conteúdo, por oposição a *Sinn*, forma do conteúdo, o “como” se exprime o conceito), e “a coisa referida” (*Gegenstand*).

A despeito da pequena repercussão do livro de Husserl à época da sua publicação, às *Investigações Lógicas*, particularmente ao seu volume II, estava reservada a sorte de ser, andando o tempo, uma das maiores fontes de influência para boa parte dos melhores lingüistas do século XX: para Hjelmslev, Trubetzkoi, Jakobson, e o próprio Saussure. O que nos interessa ressaltar aqui, contudo, é que o entendimento do

* Departamento de Literatura – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

filósofo para a descrição do signo foi o ponto de partida para as modernas *teorias representacionais da significação*, graças, notadamente, à intermediação do *The Meaning of Meaning*, de Ogden e Richards (4), cujo famoso *triângulo básico* veio relembrar as convicções de Husserl, um quarto de século depois de publicadas, repondo-as em circulação já sob uma forma adaptada: no ápice do triângulo, voltado para cima, a *Referência* (= o pensamento) e na base dele, separadas por uma linha descontínua, à esquerda, o *Símbolo* e, à direita, o *Referente* (i.é, a “coisa” mentada pelo pensamento e expressa pelo símbolo).

Como Ullmann particulariza,

“Nada há de fundamentalmente novo nesta análise do significado; os escolásticos medievais já sabiam que “*vox significat mediantibus conceptibus*”;

(Ullmann, 1967, 115)

mas, se nesse triângulo “a palavra simboliza um pensamento ou ‘referência’ que, por sua vez, se ‘refere’ ao aspecto ou acontecimento de que estamos a falar” (id., ib.), então embutem-se nessa análise, que instrui a constituição de apreciável número de Semânticas “realistas” respaldadas numa teoria representacional do signo, quatro pressuposições que Saussure já havia demonstrado serem equivocadas, a saber:

- a) a hipótese da “primeiridade” do pensamento relativamente ao fenómeno da sua enunciação pela *parole*; o engano está em supor que a comunicação lingüística concretizaria-se por intermédio do ato de conferir unicamente uma expressão a um conjunto de pensamentos de antemão constituídos;
- b) na esteira dos humboldtianos e dos adeptos da Gramática *Générale et Raisonnée* de Port Royal – *générale* no sentido de “universal” e *raisonnée* no sentido de “lógica” –, a crença no postulado de que a fala (ato segundo) não seria mais do que uma *imitação* do pensamento (ato primeiro);
- c) a premissa de que o pensamento faria referência a um referente-coisa, que seria o objeto da realidade rotulada pelo símbolo; e, finalmente,
- d) a idéia de que, no esquema triádico de Ogden e Richards, a linha pontilhada da base estaria a demonstrar a existência de uma *relação imputada verdadeira*⁶ (p. 114) entre o símbolo e o referente-coisa, condição que faria a significação depender de um valor de verdade.

Começando pelo fim, (d), lembremos, sem mais, que o problema da verdade/falsidade das relações proposicionais entre o signo e o “referente externo”, ainda que possa receber uma formalização semiótica – como ocorre, de fato, na Semiótica da Verificação greimasiana –, não é da competência da Semântica Lingüística (do signo verbal), e sim da jurisdição da Semântica Lógica e da Teoria da Ideologia, fundadora, em última análise, dos *garantes* de todo e qualquer valor de verdade (lembre-se, a propósito, de que já foi “verdade” científica, um dia, que a Terra achava-se imóvel no centro do Universo).

Que o problema da verdade/falsidade, como o de todas as demais modalizações aléticas, produzidas pelas diferentes articulações dos modos de existência epistêmica do ser/parecer (e, também, é claro, do não-ser e do não-parecer), não constitua um problema do âmbito lingüístico, prova-o o fato de que, para compreender o sentido do enunciado

O atual rei do Brasil é calvo

ninguém precisa indagar se o Brasil possui, ou não, atualmente, um rei; para compreender o que significa esse enunciado da *parole* basta conhecer a *langue* portuguesa; ou, nos termos de Saussure:

“Pode-se, deve-se considerar a *langue* fazendo abstração da *parole*, mas não a *parole* fazendo abstração da *langue*.”
(Saussure, *apud* Godel, 1957, p. 151)

No que tange às questões levantadas pelas três outras suposições, é extremamente discutível, também, a hipótese de que haja primeiramente um pensamento completo mas informulado na mente de alguém, precedendo à sua expressão pelo ato de enunciação incumbido de lhe dar uma representação exterior. Em decorrência disso, contrariamente ao sentir dos Iluministas da gramática “raisonnée” de Port Royal, mais correto é supor que, longe de o pensamento construir o enunciado da língua em que ele se exprime, seja o enunciado o construtor do pensamento que deve expressar. No CLG escreviam Bally e Séchéhaye, ouvido de Saussure:

“Sem o recurso aos signos, seríamos incapazes de distinguir duas idéias de modo claro e constante. Tomado em si mesmo, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não há idéias pré-estabelecidas, e *nada é distinto antes da aparição da langue*.”
(Saussure, 5, p. 155)

O que é outro modo de dizer o mesmo que disse Heidegger na epígrafe que encima estas linhas, a saber, que *a fala fala o que a língua pensa*, impondo sua própria ordem ao caos informe daquilo que seria o cenário vazio da nossa subjetividade se nele não viesse se apresentar uma língua para dizer o que é, de um lado, o mundo das palavras, e, de outro, o mundo das coisas. E isso também está de acordo com o que dizia Saussure a seu aluno Gautier, em 6 de maio de 1911:

“Em seguida, sim, o que é essencial é o problema das unidades. Com efeito, a língua é necessariamente comparável a uma linha cujos elementos são recortados a golpes de tesoura (“*coupés aux ciseaux*”), pan, pan, pan, e não segmentados cada qual com uma forma.”
(Saussure, *apud* Gadet, 1987, p. 17)

Trata-se, a todas luzes, aqui, da concepção atualíssima da *parole* como *discurso em construção*. E é por executar esse trabalho, precisamente por isso, que as línguas naturais funcionam como *metassemióticas*: em definitivo, *não é o mundo que diz o*

que uma língua é, é, ao contrário, a língua que diz o que o mundo é, recortando-o à sua imagem e semelhança; é assim que ela funciona como sistema modelizante primário.

Deve-se a Saussure, assim, a prioridade de ter visto que, assim como não existe *parole* sem *langue* (exatamente como não existe indivíduo sem sociedade, já que esta define a sua condição de existência), e tendo em vista que a função da *langue* (e não da *parole*) é interpretar, de um lado, *o discurso*, e, de outro lado, *o mundo*, operando a conexão que faz a imputação de um ao outro – “essa fala fala de X” – pode-se afirmar que, em um sentido puramente cognitivo, não-ontológico, evidentemente, *não há mundo sem langue* que o defina.

É o Saussure semiólogo quem primeiro vê, na língua natural, uma *metasemiótica dotada da função modelizante* (que nem Tinianov, nem Bühler, nem Mukařovski, nem Jakobson viram nem incluem em seus modelos de *funções da linguagem*), que consiste em recortar à sua imagem e semelhança o mundo natural, instalando-o, na *figura* de seus simulacros, em nossa competência, feito os dispositivos da *Semiótica do mundo natural*. É graças ao poder que a língua tem de poder funcionar como “um princípio de classificação” –

“A língua (...) é um todo em si mesma e um princípio de classificação.” (Saussure, 5, p. 25)

que o mundo natural se “culturaliza”, vale dizer, *vira uma semiótica do mundo natural*, em nossa mente, capaz de manifestar-se no código figurativo próprio a cada comunidade de falantes como indutora do efeito de sentido “realidade”.

E é, também, precisamente por isso que será sempre uma imprudência, para dizer o mínimo, introduzir no seio de um fenômeno cultural, puramente semiótico, como o discurso enunciado, um objeto da realidade fenomênica, extrasemiótico, como a noção do referente-coisa. Semelhante visada é inaceitável não só porque, como já apontou Lévi-Strauss nos *Tristes Tropiques*, ela postula uma continuidade (não-mediada) entre a experiência e a realidade, mas também porque não se poderia nunca apontar que referente corresponde, como coisa-do-mundo, aos conceitos abstratos (palavras como “justiça”, “amor”, “cristianismo”...), matemáticos (o que quer dizer “raiz quadrada de menos um”?, onde existe “um sextilhão” de quaisquer “coisas-do-mundo”?), aos dêiticos (qual é o sentido de “eu”, “aqui”, “agora”?), aos anafóricos (que quer dizer “isto”, “ele”, “lá”, “então”?), aos operadores profrasais (substitutos de um turno conversacional inteiro, como “não”, “sim”, “é verdade” “que beleza!”, ditos em resposta a uma pergunta), aos relatores juntivos (conjunções, preposições...), aos limites entre séries de processos escalares (quando um “bebê” vira um “menino” e um “menino” vira um “moço”...?; em que ponto exato do espectro cromático uma cor deixa de ser “amarela” e passa a “alaranjada” ou um “verde claro” passa a “verde escuro”?) etc.

Como deixamos escrito em outro lugar, é insustentável a hipótese realista que de-seja colocar o objeto extralingüístico nos quadros da significação. O papel da língua é outro; é funcionar como uma instância de mediação entre o homem e os outros

homens da sua comunidade, tornando possível que eles troquem suas experiências entre si; mas, assim como o signo não é o objeto ou coisa que ele designa – o que o signo designa é *um designatum*, ou seja; o *signo-type* existente no código, em relação ao qual ele não é mais do que um *signo ocorrencial* (um *signo-token*), o discurso não é o mundo; é, apenas, *um saber sobre o mundo*, capaz de fazer-se intersubjetivo, integrando um código, e, portanto, de relacionar consciências.

Os atos de comunicação envolvem trocas de saberes, e a única condição para que se realizem plenamente consiste na posse pelos interlocutores de um prévio saber implícito – uma competência – sobre o saber explicitado em transmissão no processo performativo da *parole*. Só compreende um enunciado realizado em Português quem tem competência para compreender o Português; assim, se se entende uma mensagem como

Perseu matou o Minotauro,

essa compreensão não é devida à existência (ou à inexistência) extralingüística de coisas tais como as designadas por *Perseu e Minotauro*, no mundo, já que eles são seres mitológicos, personagens de ficção, mas é devida à competência dos interlocutores, que são capazes de definir, por conhecer a língua em que se dizem tais coisas, o que sejam “Perseu”, “Minotauro” e “matar”. Em outros termos, se se compreende o enunciado

Perseu matou o Minotauro,

significa que é possível manipular tais signos e relações de um modo coerente dentro do código da língua portuguesa, traduzindo, por exemplo, “Perseu” e “Minotauro” como “seres mitológicos, personagens de ficção” etc., como acabamos de fazer.

Assim, o processo da significação, como o mestre do CLG não cansou de advertir, não relaciona um signo e um referente-coisa-do-mundo –

“O que o signo lingüístico une não é uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica”

(Saussure, 5, p. 98),

relaciona signos entre si. Nas mesmas palavras do professor de Genebra, renegando de modo mais claro ainda a teoria representacional do signo e da significação, para afirmar que o sentido de uma palavra é uma outra palavra com a qual a primeira pode ser trocada, e que a traduz mais explicitamente:

“(uma) palavra pode ser trocada contra alguma coisa de dessemelhante: uma idéia; além disso, ela pode ser comparada com alguma coisa da mesma natureza: um outro nome */=* outra palavra/.”

(Saussure, 5, p. 160)

Semelhante posicionamento implica que o significado do termo *árvore* pode ser traduzido no conjunto de marcadores de *traços distintivos* (outra expressão criada por Saussure no CLG)

(/vegetal/ + /lenhoso/ + /de grande porte.../)

etc., que descreveria o semema da *palavra* “árvore” sem se pronunciar sobre a coisa-em-si, a planta, enquanto elemento de uma realidade física que o mero ato de falar, precisamente, vem colocar entre parênteses. Ora, o malsinado diagrama do signo-árvore (*arbor*), que surge na página 99 do CLG, parece dizer exatamente o oposto, remetendo-nos a uma teoria representacional da língua que Saussure expressamente rechaçara páginas antes; ocorre, porém, que *tal diagrama nunca foi de autoria de Saussure*, cf. o depoimento de Godel, De Mauro e Amacker; de fato, escreve esse último:

“Em uma ou duas ocasiões pelo menos, há motivos para lamentar uma intervenção canhestra dos editores, que modifica a própria letra das fontes de que eles se serviam. Primeiramente, a terceira figura da página 99 do CLG /i.e, o gráfico do signo-árvore/ é uma invenção de Bally e Séchéhayé (cf. Godel, S M, 115; De Mauro, CLG, nota 132); pois bem, essa figura reintroduz, ou pelo menos convida a reintroduzir, a concepção nomenclaturista da língua, rejeitada duas páginas atrás.”

(Amacker, 1, p. 85)

Renegando a concepção do referente-coisa, não restava a Saussure mais do que dar uma definição intratextual do *referente*, concebendo-o como *informação contextual*, o que ele fará explicitamente na comunicação que apresentou à Sociedade de Linguística de Paris, acerca do nominativo lituano, onde estabelece claramente o princípio da imanência intratextual da significação, particularizando que

“Antes de tudo, não devemos nos apartar do princípio segundo o qual *o valor de uma forma está inteiramente no texto de onde a tomamos*, quer dizer, no conjunto das circunstâncias morfológicas, fonéticas, ortográficas, que a rodeiam e esclarecem.”

(Saussure, 5, p. 342)

Aí se formula pela primeira vez na história da Semiologia Geral a negação taxativa do recurso a qualquer referente externo, fundando uma nítida distinção entre *o ambiente não-lingüístico em que está ancorado o ato de comunicação* – o que chamamos, hoje, de *situação* – e *o ambiente lingüístico em que está instalado o termo-objeto em questão* – o que chamamos de *contexto*. Reconhece-se, pois, que o sentido de um elemento lingüístico está no contexto do discurso em que o situamos – e isso, que para muitos pragmaticistas positivistas parece constituir novidade ainda hoje, era afirmado em 1880.

LOPES, E. – Saussurean Linguistics: a Contextual and Non-Representative Meaning Theory. *Alfa*, São Paulo, 33: 1-7, 1989.

ABSTRACT: Study of the General Linguistics theory established by Ferdinand de Saussure as a non-representative theory of sign and meaning, so opposite to semantics – which has been mistakenly imputed to him from the introduction, in the C.L.G. of the famous “tree-sign” diagram, which is not his, but the editors’ of the book, Ch. Bally and Séchéhaye – of the non-contextualized word and the referent-thing. The author shows that Saussure is, in fact, a pioneer of a contextual theory of meaning, in spite of the fact that it is merely sketched in the C.L.G.

KEY-WORDS: Meaning theories; context; representation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMACKER, R. – *Linguistique Saussurienne*. Genebra, Droz, 1975.
2. GADET, F. – *Saussure: une Science de la Langue*. Paris, PUF, 1987.
3. GODEL, R. – *Les Sources Manuscrites du “Cours de Linguistique Générale” de Ferdinand de Saussure*. Genebra/Paris, Droz/Minard, 1957.
4. OGDEN, C. K. & RICHARDS, I. A. – *The Meaning of Meaning*. 4. ed., Londres, 1936.
5. SAUSSURE, F. de – *Cours de Linguistique Générale*. Paris, Payot, 1972.
6. ULLMANN, S. – *Semântica. Uma Introdução à Ciência do Significado*. Lisboa, Fund. C. Gulbenkian, 1967.